



SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura

CNPJ 12.480.948/0001-70

balanço patrimonial. Os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **j) Acervo bibliográfico - mudança de prática contábil:** A partir do exercício de 2012, a Associação adotou a prática contábil de reconhecimento dos itens referentes ao acervo bibliográfico, adquiridos para a Biblioteca de São Paulo e Biblioteca Pública Villa Lobos, diretamente em despesas, conforme previsto no Artigo 18. da Lei nº 10.753/2003 e na Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2011 (válida para 2012), para bibliotecas públicas. **k) Impostos:** A Associação é isenta do pagamento de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro, e do pagamento da COFINS. Todavia, é devida a contribuição de 1% sobre a folha de pagamentos mensal relativa ao PIS. **l) Gerenciamento de risco:** A Administração tem como procedimento identificar e analisar periodicamente os riscos enfrentados, e definir as ações a serem tomadas. A Associação apresenta exposição ao risco de liquidez, risco de não cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, caso receba os recursos financeiros vinculados posteriormente à data prevista, parcialmente, ou não os receba por motivo de penalidade ou mudança de diretrizes da Secretaria de Estado da Cultura. Além da constituição de fundos contratuais, a abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. **m) Receitas com trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Associação registrou o montante de R\$8 (R\$10 em 31 de dezembro de 2015) referente a trabalhos voluntários. **4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016:** As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações contábeis da Associação. **4.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2016:** Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Associação. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Associação de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Associação pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor e foram aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Conselho Federal de Contabilidade - CFC. • IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) - Instrumentos financeiros (Financial Instruments); • IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) - Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers); • IFRS 16 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) - Operações de Arrendamento Mercantil. Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Associação espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis. **5. Caixa, equivalentes de caixa**

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	6	3
Banco do Brasil		
C/C - conta gestora	-	21
C/C - captação de recursos não vinculados	499	3
Total de caixa e banco	505	27
Banco do Brasil -		
CDB DI - conta gestora	714	-
CDB DI - fundo de contingência	757	-
CDB DI - captação de recursos	79	11
Total de aplicações financeiras	1.550	11
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.055	38

As aplicações financeiras são, substancialmente, certificados de depósitos bancários, em condições usuais de mercado na data do balanço, de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses investimentos referem-se aos recursos recebidos da Secretaria de Estado da Cultura para utilização nos projetos e constituição de fundos conforme o Contrato de Gestão, mencionado na Nota Explicativa nº 2. **6. Outros créditos:**

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos a empregados	45	36
Adiantamento a fornecedores	3	22
Seguro fiança	117	117
Total de outros créditos	165	175
Total circulante	48	58
Total não circulante	117	117
Total geral	165	175

7. Imobilizado e intangível:

	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2016	Líquido 31/12/2015
Imobilizado					
Equipamentos de informática	20%	1.298	(886)	412	541
Instalações	10%	4	(3)	1	2
Máquinas e equipamentos	10%	1.023	(589)	434	503
Móveis e utensílios	10%	3.256	(1.415)	1.841	2.161
Imobilizações em andamento	-	12	-	12	12
Benf. Imóveis de terceiros	20%	4.163	(1.489)	2.674	3.755
Total do imobilizado		9.756	(4.382)	5.374	6.974

	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2016	Líquido 31/12/2015
Intangível					
Software	20%	257	(221)	36	35
Marcas e patentes	-	2	-	2	2
Total do intangível		260	(222)	38	37
Total imobilizado e intangível		10.016	(4.604)	5.412	7.011

	Depreciação/ Custo	Amortização	Residual
Saldo em 31/12/2014	9.315	(1.960)	7.355
Adições	948	(1.292)	(344)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	10.263	(3.252)	7.011
Adições	64	(1.471)	(1.406)
Baixas	(311)	119	(192)
Saldo em 31/12/2016	10.016	(4.604)	5.412

O ativo imobilizado e intangível da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades vinculadas ao Contrato de Gestão. Em 2011, além das aquisições realizadas no período, foram recebidos em forma de transferência da Secretaria de Estado da Cultura, itens de imobilizado e intangível referentes à Biblioteca de São Paulo, administrada anteriormente por outra Organização Social, os quais foram reconhecidos em contrapartida à conta de obrigações com o Estado, no passivo não circulante. As adições ocorridas posteriormente foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização dos projetos e para atendimento ao Contrato de Gestão. A Administração da Associação deve comunicar à unidade gestora da Secretaria de Estado da Cultura todas as aquisições de imobilizado e intangível, no prazo de 30 dias após sua ocorrência. **8. Fornecedores e outras contas a pagar:**

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	569	365
Aluguéis a pagar	-	15
Seguros a pagar	-	9
Outras Contas a pagar	499	-
Total de fornecedores e outras contas a pagar	1.068	389

	31/12/2016	31/12/2015
INSS a recolher	136	277
IRRF sobre salários a recolher	53	46
FGTS a recolher	45	60
PIS sobre salários a recolher	6	8
Provisão de férias e encargos sociais	612	657
Salários, autônomos e pensões a pagar	21	276
Outras obrigações	5	6
Total de obrigações trabalhistas e encargos sociais	878	1.331
10. Obrigações tributárias:	31/12/2016	31/12/2015
IRRF pessoa jurídica a recolher	1	1
PIS/COFINS/CSLL a recolher	24	7
INSS retido na fonte pessoa jurídica a recolher	2	15
ISS retido na fonte pessoa jurídica a recolher	1	5
IRRF aluguéis	3	3
Total de obrigações tributárias	31	31

11. Projetos a executar - Contrato de Gestão: Em 2016, a movimentação da conta "Projetos a executar - Contrato de Gestão" foi a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 31/12	14.980	881
Receitas	255	(16.799)
Gastos e depreciações e amortizações	1.407	736
Saldo em 31/03/2016	12	736

• captação de recursos: referem-se aos montantes captados como contrapartida do Contrato de Gestão para a realização dos eventos ao longo do exercício; **• receitas financeiras:** referem-se ao rendimento bruto das aplicações financeiras dos recursos vinculados que são reconhecidos no ativo em contrapartida ao resultado financeiro, e auferidos ao longo do exercício em projetos em execução; **• gastos realizados (consumo):** referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos e programas ao longo do exercício. **12. Obrigações com o Estado - imobilizado e intangível:** A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado e intangível vinculado ao Contrato de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar no passivo circulante, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida das rubricas de despesa de depreciação e amortização.

	31/12/2016	31/03/2016
Saldo em 31/12/2015	7.011	5.412
Aquisições	64	(311)
Baixas	(311)	(1.352)
Saldo em 31/03/2016	7.011	5.412

	31/12/2016	31/12/2015
Salários	4.314	4.852
Encargos sociais	1.829	1.962
Benefícios	1.716	2.739
Férias e 13º salário	939	1.044
Total de despesas com salários, encargos e benefícios	8.798	10.597

Pierre André Ruprecht - Diretor Executivo

Armando Antognini Filho - Diretor Administrativo Financeiro

Rogério Gerlach Paganatto - Contador CRC 1SP 131987/O-3

Relatório do auditor independente

Aos Administradores da **SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quando aos possíveis efeitos, se houver, do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Associação contabilizou em abril de 2011, no ativo imobilizado e intangível, em contrapartida ao passivo não circulante, Obrigações com o Estado, o valor de certos ativos transferidos da Biblioteca de São Paulo, anteriormente administrados por outra organização social, que em 31 de dezembro de 2016, representam R\$ 5.374 mil, líquidos da depreciação e amortização. Contudo, a Secretaria do Estado da Cultura não emitiu o Termo de Permissão de Uso com a relação analítica desses bens e respectivos valores, bem como não realizou o inventário físico em conjunto com a Administração da SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos quanto aos montantes registrados na rubrica de imobilizado e intangível no ativo não circulante nos montantes de R\$ 5.374 mil e R\$ 38 mil, respectivamente. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** Conforme descrito na Nota

Explicativa nº 2, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura são providos, em sua maior parte, pelo Governo do Estado de São Paulo, sendo que essas atividades são medidas por metas e indicadores de desempenho atrelados ao Contrato de Gestão. Nesse sentido, a Associação depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pelo Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis da SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, que emitimos nosso relatório em 07 de março de 2016, contendo ressalva semelhante a mencionada no parágrafo "Base para opinião com ressalva" sobre as demonstrações contábeis e parágrafo de ênfase semelhante ao mencionado acima. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

Rafael Dominguez Barros Grant Thornton Auditores Independentes
CT CRC 1SP-208.108/O-1 CRC 2SP-025.583/O-1